

O QUE TEMOS PELA FRENTE

Após a publicação do Orçamento de Estado (OE) para o ano de 2017, há que destacar os aspectos que mais interessam aos aposentados, reformados e pensionistas, ou seja, as pensões e a protecção social.

Nos aspectos mais negativos deste OE, salientamos: aperto no financiamento das funções sociais do Estado; pouco investimento público, que trava a necessária recuperação económica; enorme peso dos juros da dívida que, só por si, representa mais do dobro do défice público.

Quanto às pensões, haverá um aumento por pensionista de acordo com a taxa de inflação (0,5%) para as pensões de valor inferior a 2 IAS - €842,64 - (Índice dos Apoios Sociais). Acima deste valor não haverá qualquer aumento, mantendo-se o congelamento.

Depois, haverá aumentos extraordinários, em Agosto, até 6 euros, para as pensões que tenham sido actualizadas entre 2011 e 2015 (estão neste caso as pensões social, rural e do 1º escalão das mínimas); já para as pensões cujo montante global seja igual ou inferior a 1,5 IAS (€631,98), terá um aumento até 10 euros.

São abrangidas as pensões de aposentação, reforma e sobrevivência (CGA) e as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência (Segurança Social). Segundo o OE 2107, em 2018 e nos anos seguintes a actualização será feita nos termos legais, ou seja, de acordo com a taxa de inflação, sem actualizações extraordinárias.

No que diz respeito ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal, o de férias continua a ser liquidado por inteiro, e o de Natal será pago em duas parcelas de 50% cada; uma, em

duodécimos ao longo do ano, e outra em Novembro ou Dezembro, conforme sejam da CGA ou Segurança Social. Já em 2018 será pago na totalidade.

Foi estabelecida uma cooperação institucional entre as forças de segurança e os serviços da Segurança Social com o objectivo de reforçar a protecção da população idosa e mais vulnerável, a prevenção do risco inerente ao isolamento e à solidão, bem como o combate à pobreza dos idosos.

Foi igualmente garantida a entrada gratuita nos museus e monumentos nacionais, aos domingos e dias feriados.

Em contrapartida, há aumentos acima da taxa de inflação para a electricidade, água, gás, telecomunicações, tabaco, refrigerantes, álcool, rendas de casa, Imposto Único de Circulação, portagens, transportes públicos, mas com dedução em termos de IRS, mediante a apresentação de factura com número de contribuinte.

É este o orçamento que temos pela frente, manifestamente insuficiente para as nossas aspirações. Contudo, apesar de insuficiências e limitações, registamos avanços positivos que se tornaram possíveis graças à dura e persistente luta sindical de trabalhadores e aposentados e à importante alteração do quadro parlamentar, que emergiu das eleições de Outubro de 2015, em que a direita foi derrotada, abrindo caminho à esperança em novas políticas. Que essa esperança não seja atirada, são os nossos votos para 2017!



IR-Relações Internacionais

Como é sabido, a IR participa no Comité Executivo da FERPA, a estrutura de reformados e pensionistas da Confederação Europeia de Sindicatos. Neste momento, uma das frentes de intervenção dos reformados europeus é a luta pela aceitação, pelos órgãos políticos da UE e dos seus Estados Membros, da "Carta dos Direitos das Pessoas Idosas" em cuja introdução podemos ler:

"A FERPA, Federação Europeia de Reformados e Pessoas Idosas, tenciona realizar uma campanha de sensibilização visando alargar de forma concreta, a atenção social e política sobre a situação dos 100 milhões de indivíduos de mais de 60 anos que vivem hoje no conjunto dos países europeus e cujo número não pára de crescer, tendo em conta o prolongamento da esperança de vida. Uma evidência que exige, hoje, respostas políticas e económicas que respeitem o direito a ter uma vida tranquila, digna e de bem-estar, baseada na justiça e na solidariedade. A idade da reforma e da velhice deve marcar o início de um novo ciclo da existência através de uma evolução colocada sob o signo da tranquilidade e da não degradação nem da solidão. [...]"

No final da introdução conclui-se:

[...] a necessidade de uma Europa social faz-se sentir de maneira cada vez mais premente. Uma Europa social, fundada em ideias de valores democráticos e de justiça social, indispensáveis para forjar a unidade e solidariedade necessárias entre os estados membros e para lutar contra as divisões e ressurgimento de nacionalismos perigosos.

A promoção de valores de democracia, de liberdade, de igualdade e de equidade social passa por pôr em prática políticas europeias tocando vários aspectos da vida, trate-se da dimensão social ou de questões de rendimentos, de saúde ou de assistência, passando pela ética e pelo meio ambiente." Em síntese, assim se enunciam os direitos das pessoas idosas: " **O Direito a ter direito, o Direito à dignidade, o Direito ao bem estar, o Direito à segurança.**"

IDADE DA REFORMA VOLTA A AUMENTAR EM 2017

A INTER-REFORMADOS/CGTP-IN CONSIDERA QUE A PASSAGEM DOS TRABALHADORES À SITUAÇÃO DE REFORMA/APOSENTAÇÃO, APÓS 40 ANOS DE CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA SOCIAL, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, DEVE EFECTIVAR-SE SEM QUALQUER PENALIZAÇÃO.

Em 2017, a idade normal de acesso à pensão aumenta para os 66 anos e três meses, ou seja mais um mês relativamente ao corrente ano, quem se reformar antes desta idade, vai ter um corte maior no valor da sua pensão. Nos dados publicados pelo INE a esperança média de vida em 2016 situa-se nos 19,31 anos, o que representa um aumento relativamente aos atuais 19,19 anos. A partir de 1 de Janeiro de 2017, quem se reformar antes de completar 66 anos e 3 meses terá um corte de 13,88% no valor da sua pensão, em resultado da aplicação do factor de sustentabilidade que resulta do novo valor da esperança média de vida. A CGTP-IN sempre rejeitou a aplicação do factor de sustentabilidade, que foi cri-

ado em 2007 com o objetivo de introduzir a ponderação da evolução da esperança média de vida no cálculo das pensões, reduzir assim o respetivo valor. Este regime foi agravado em 2013 com a antecipação do ano de referência para cálculo do factor de sustentabilidade de 2006 para 2000 e com a introdução da evolução da esperança medida de vida também na fixação da idade normal de acesso à pensão de reforma. Assim, desde 2013 que deixou de haver uma idade fixa para acesso à pensão de velhice, ou seja é impossível saber com segurança qual a idade em que se poderá ter acesso à pensão de velhice sem penalização, visto que esta depende de um factor imponderável que é a evolução da esperança de vida. Por outro

lado, as pensões antecipadas (qualquer pensão que seja atribuída antes da idade normal de acesso à pensão fixada para cada ano) são objeto de uma penalização cada vez maior. Para a CGTP-IN e Inter-Reformados, o factor de sustentabilidade e o aumento da idade da reforma não constituem soluções aceitáveis para o problema da sustentabilidade do sistema de segurança social. O aumento da esperança média de vida é, para todos os efeitos, um progresso da humanidade exclusivamente este ou aquele grupo social. O pressuposto de que o aumento da esperança média de vida é um problema exclusivo dos trabalhadores, cujos custos só estes devem suportar, é insustentável e inaceitável.



REFORMADOS DOS LANIFÍCIOS

25 Anos de Luta em Defesa da Participação dos Medicamentos

A luta pelos nossos direitos é um direito que nos assiste. Vale sempre a pena Lutar.

Os trabalhadores dos lanifícios, por Contrato Colectivo de Trabalho estabelecido em Junho de 1939 e publicado no boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência do mesmo mês e ano, passaram a fazer um desconto especial no seu salário para constituir o Fundo Especial da Caixa de Previdência da Indústria de Lanifícios. Deste modo: 0,5%, diretamente do trabalhador e 1%, através do empregador. Este fundo garantia, entre outros direitos, o pagamento a 100% do custo dos medicamentos aos reformados, direito que se manteve até Agosto de 1992, retirado então pelo Decreto de Lei nº 118/92, de um dos governos de direita de Cavaco Silva. Os reformados e trabalhadores dos lanifícios, com o seu Sindicato, desencadearam de 1992 a 1995, diversas lutas em defesa deste direito roubado: plenários, concentrações/manifestações e audiências com grupos Parlamentares, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e Governador Civil de Castelo Branco. Fruto deste persistente combate, em Junho de 1995 é reposto o direito aos reformados dos lanifícios do pagamento de 100% do preço dos medicamentos, mas com uma alteração penalizadora: os pensionistas só posteriormente seriam reembolsados através de cheque, do valor que excedia a comparticipação geral do Serviço Nacional de Saúde.

O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa e os reformados continuaram a lutar para que esta comparticipação especial fosse gerida através das farmácias, o que veio a acontecer através do Despacho nº 6/2011.

Com a entrada do Governo do PSD/CDS em 2013, com as suas políticas de acentuada regressão social, foi revogado o despacho acima referido, obrigando os reformados a efectuar a totalidade do pagamento dos medicamentos e a solicitar posteriormente o respectivo reembolso nos centros de saúde. O facto de terem de antecipar a totalidade do pagamento dos medicamentos dificulta o acesso à saúde, dadas as dificuldades económicas que atingem muitos pensionistas deste sector. Sem desânimos, o Sindicato e os reformados prosseguiram organizadamente a sua luta e finalmente, com a publicação da Portaria nº 287/2016 de 10 de Novembro, é retomado o pagamento às farmácias, a partir de 1 de Janeiro 2017.





Conferência Nacional da Inter-Reformados

CGTP-IN

10 Fevereiro 2017 Altis Park Hotel - Olaias, Lisboa — 10H às 18h

SINDICALIZADOS SEMPRE PARA MELHOR DEFENDER OS NOSSOS DIREITOS

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO CONSTITUINDO COMISSÕES DE REFORMADOS/APOSENTADOS

NO TRABALHO E NA REFORMA PORQUE A REFORMA NÃO É O FIM DA VIDA

FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DISPONÍVEIS E SOLIDÁRIOS NA LUTA



A 8.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA INTER-REFORMADOS/CGTP-IN EM 10 FEVEREIRO DE 2017

Quando esta Folha Informativa chegar às vossas mãos, terão passado quatro anos do mandato desta Direcção Nacional da Inter-Reformados, a organização de reformados da nossa CGTP-IN, criada há 26 anos, tendo como objectivo a defesa dos direitos dos trabalhadores reformados.

O que significa isso? Que direitos são esses? Como defendê-los? Partimos da nossa Constituição da República que consagra no seu artigo 72º os direitos das pessoas idosas: *As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação com medidas políticas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar-lhes a realização pessoal, através da sua participação activa na vida da comunidade.*

Como defendê-los, tem sido a razão da nossa existência, através da organização colectiva, condição para mais eficazmente lutar por estes.

Temos presente o ataque aos nossos direitos feito pelo Governo do

PSD/CDS que nos elegeu como alvos da sua política de direita, com cortes e roubo nas pensões, nos subsídios e outros direitos.

Ao longo dos últimos quatro anos, a luta dos trabalhadores e reformados, impulsionada pela CGTP-IN, contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento do povo e do país, foi determinante para a derrota e afastamento do governo PSD/CDS, para a defesa e reposição de direitos, comprovando mais uma vez o papel decisivo da organização e da luta.

Após as eleições legislativas de Outubro de 2015 foi expressa uma vontade de mudança política, que deu lugar a uma nova correlação de forças na Assembleia da República em que os deputados do PS, BE, PCP e PEV, estando em maioria, levaram à demissão do Governo do PSD/CDS e à constituição de um Governo do PS. Valorizamos os resultados obtidos ao longo de 2016 com outras opções políticas no sentido de dar resposta, embora

limitada, aos graves problemas de retirada de direitos, do empobrecimento de trabalhadores e reformados. Mas não podemos conformar-nos, pois os resultados alcançados estão ainda longe de dar a resposta necessária às nossas reivindicações.

Sendo certo que para os reformados, aposentados e pensionistas, acabou o congelamento das pensões, não é menos verdade que, para muitos milhares, a expectativa é receber mais alguns cêntimos diários e outros continuam sem receber qualquer cêntimo de aumento nas suas pensões.

Continuaremos a lutar por aumentos intercalares *dignos em* todas as Pensões. Há que lutar por mais justiça social, melhor saúde e, com a luta de todos nós, será possível viver melhor! A 8.ª Conferência da Inter-Reformados/CGTP-IN contribuirá para o reforço da nossa organização. Bom Ano de 2017 com votos de uma efectiva nova política de esquerda e soberana!



10 Fevereiro 2017
Lisboa

Conferência Nacional da
Inter-Reformados
CGTP-IN

*Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma
- Reforçar a organização, fortalecer a participação*

